



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

Entrevista concedida aos jornalistas acreditados junto ao Palácio do Catete e publicada nos vespertinos da Capital Federal a

— 13 de janeiro —

A primeira pergunta dos jornalistas ao Presidente foi sobre a demissão do interventor no Estado do Rio Grande do Norte.

— O que o Govêrno quis foi colocar aquêle Estado sob uma administração estranha aos interêsses locais, de sorte que ninguém possa ter dúvidas acêrca do resultado das urnas. O Govêrno faz questão de eleições livres, e de que haja amplas garantias na propaganda e na realização do pleito.

— Crê Vossa Excelência que o próximo domingo eleitoral transcorrerá em paz e de maneira normal?

— Faz dez anos que os Estados não exercem a faculdade de escolher os próprios governantes. Os últimos governadores escolhidos o foram pelo processo indireto. E pelo processo direto, com a participação do eleitorado, faz mais de 15 anos que as urnas não indicam os governos estaduais. Depois dêsse longo hiato, é natural que haja incertezas, temores e sobressaltos. Mas é preciso reaprender a marchar com firmeza. Com o pleito de 19 de janeiro voltará a confiança. Após um largo período de imobilidade, o convalescente hesita, a princípio, mas recupera, a seguir, o domínio de si mesmo. Torna-se mister, porém, que todos cooperem para a realização dos desejos comuns. E não há por que desacreditar do bom senso dos brasileiros. Com as providências já tomadas, a resposta tem de ser positiva.

— Tem o Presidente algumas recomendações, além das já tornadas públicas pelo Govêrno, em referência ao próximo pleito de 19 de janeiro?

— Uma eleição deve ser fato normal, que não provoque a paralisação da vida administrativa do País. Num domingo prèviamente marcado, depois do esclarecimento público por meio da campanha que a precede, os cidadãos depositam nas urnas as suas cédulas e a Justiça Eleitoral as conta, completando-se, assim, o processo de seleção dos governantes. Não é isso, porém, o que vem ocorrendo. As circunstâncias determinam, presentemente, considerável extensão das funções da Presidência, acumuladas com responsabilidades nos Estados, Territórios e Municípios. Desvia-se o Presidente da sua tarefa administrativa, para envolvê-lo nas mais insignificantes contendas locais, com evidente prejuízo para a boa marcha dos negócios públicos. Deveria bastar a recomendação do Presidente às autoridades a êle subordinadas, no sentido do cumprimento da lei, dando-se ao eleitorado efetiva garantia da liberdade de voto e conclamando-se os cidadãos ao exercício do dever de votar. Neste momento, porém, há uma obrigação igualmente indeclinável : aconselhar o Povo que empreste o seu apoio, unicamente, aos partidos que não têm em mira rasgar a Constituição para montar no poder a sua própria ditadura, a de uma classe ou de um grupo. É a advertência que ora levo ao espírito dos meus patrícios, na oportunidade desta palestra. Sòmente devem merecer o apoio do Povo brasileiro os partidos que, no campo interno, defendem o respeito aos direitos consagrados na Constituição, sobretudo o respeito à pluralidade dos partidos — pois a instituição do partido único seria o totalitarismo — e não se subordinem, quanto à política externa, à de qualquer potência estrangeira. Com

êsse espírito é que, como cidadão, irei às urnas em 19 de janeiro.

— Como considera, então, Vossa Excelência a posição do Partido Comunista em relação ao regime democrático?

— A opinião pública, neste momento, já revela maior compreensão da natureza real do Partido Comunista. Antes de 1935, assistimos pessoas presumidamente esclarecidas incorrerem no grave erro de confiança mal depositada. Ainda agora, no intuito de promover interesses eleitorais de ordem imediata, a boa-fé de alguns levou-os a negociar o apoio de facção que, pela confissão pública dos seus agentes no Brasil, não se julga incondicionalmente obrigada para com a nossa Pátria. Contudo, já se vem formando a consciência dos riscos que corre o Estado democrático em reestruturação. A Democracia não é nem pode ser passiva. Ela tem de ser vigilante, militando pela sua própria sobrevivência. Tem o direito de defender-se. Não é possível que a liberalização das suas franquias vá ao extremo da sua própria destruição. Impõe-se, conseqüentemente, a defesa das instituições. Não é concebível, para exemplificar, que problemas de política externa ou de defesa nacional fiquem, de qualquer modo, na dependência ou sequer no conhecimento de funcionários, civis ou militares, cujas obrigações não sejam exclusivamente para com o Brasil. A Nação não pode entregar as suas armas e a guarda dos seus interesses a quem quer que tenha reservas mentais na lealdade que lhe deve. Agir de maneira diferente seria comprometer a segurança interna e externa do País.